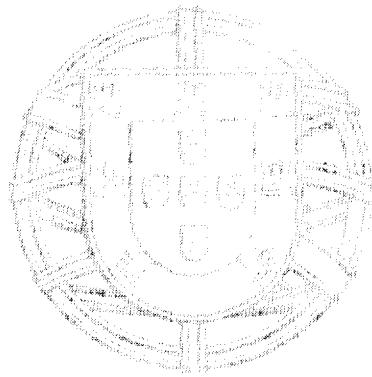


Sexta-feira, 10 de Abril de 1992

Número 85



II  
SÉRIE

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## 3.º SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

Ministério da Educação

Gabinete do Ministro ..... 3336-(68)

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## GABINETE DO MINISTRO

**Desp. 54/ME/92.** — 1 — Nos termos do n.º 1 do art. 24.º do Dec.-Lei 451/91, de 4-12, delego, com a faculdade de subdelegação, no Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior, Dr. José Augusto Perestrello de Alarcão Troni, as competências relativas aos seguintes organismos, instituições e serviços:

- a) Auditoria Jurídica;
- b) Inspecção-Geral de Educação, nas matérias relativas às escolas europeias;
- c) Gabinete de Estudos e Planeamento, nas matérias relativas ao PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) das instituições de ensino superior;
- d) Direcção-Geral do Ensino Superior;
- e) Instituto de Cultura e Língua Portuguesa;
- f) Gabinete Coordenador de Ingresso no Ensino Superior;
- g) Direcção-Geral de Extensão Educativa, nas matérias relativas ao ensino do português no estrangeiro;
- h) Escola Nacional de Saúde Pública.

2 — Delego, relativamente aos organismos, instituições e serviços referidos no número anterior, no Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior as competências que me são conferidas pelo n.º 1 do art. 22.º do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, com as alterações introduzidas pelo art. 1.º do Dec.-Lei 227/85, de 4-7.

3 — Subdelego, relativamente aos organismos, instituições e serviços referidos no n.º 1 do presente despacho, no Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior, as competências delegadas previstas nos n.ºs 1, al. g), e 2, al. f), ambos do art. 20.º, e al. f) do art. 21.º do mencionado Dec.-Lei 211/79, bem como delego, com a faculdade de subdelegação, a competência para autorizar despesas em moeda estrangeira até ao limite a fixar, anualmente, por portaria, nos termos do Dec.-Lei 136/87, de 19-3.

4 — Delego, ainda, no Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior a competência para autorizar as alterações orçamentais a que se refere o n.º 2 do art. 5.º do Dec.-Lei 46/84, de 4-2, que não carecem de autorização ou acordo do Ministro das Finanças.

5 — Fica, também, delegada no Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior a competência relativamente às seguintes estruturas:

- a) Gabinete para a Cooperação com os Países de Língua Portuguesa;
- b) Conselho para a Cooperação do Ensino Superior-Empresa (Programa COMETT);
- c) Agência Nacional de Administração de Bolsas (Programa ERASMUS);
- d) Comissão Nacional para o Programa Língua.

6 — Consideram-se ratificados os actos praticados desde o dia 19-3-92 pelo Secretário de Estado Adjunto e do Ensino Superior no âmbito definido pelos números anteriores.

2-4-92. — O Ministro da Educação, *António Fernando Couto dos Santos*.

**Desp. 55/ME/92.** — 1 — Nos termos do n.º 1 do art. 24.º do Dec.-Lei 451/91, de 4-12, delego, com a faculdade de subdelegação, no Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, Dr. Manuel Joaquim Pinho Moreira de Azevedo, as competências relativas aos seguintes organismos, instituições e serviços:

- a) Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário;
- b) Direcção-Geral de Extensão Educativa, com excepção das matérias relativas ao ensino do português no estrangeiro;
- c) Inspecção-Geral da Educação, com excepção das matérias relativas às escolas europeias;
- d) Gabinete de Estudos e Planeamento, nas matérias relacionadas com os ensinos básico e secundário;
- e) Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional;
- f) Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira;
- g) Direcções regionais de educação, nas matérias de carácter pedagógico e de organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino não superior.

2 — Delego, relativamente aos organismos, instituições e serviços referidos no número anterior, no Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário as competências que me são conferidas pelo n.º 1 do art. 22.º do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, com as alterações introduzidas pelo art. 1.º do Dec.-Lei 227/85, de 4-7.

3 — Subdelego, relativamente aos organismos, instituições e serviços referidos no n.º 1 do presente despacho, no Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, as competências delegadas previstas nos n.ºs 1, al. g), e 2, al. f), ambos do art. 20.º, e al. f) do art. 21.º do mencionado Dec.-Lei 211/79, bem como delego, com a faculdade de subdelegação, a competência para autorizar despesas em moeda estrangeira até ao limite a fixar, anualmente, por portaria, nos termos do Dec.-Lei 136/87, de 19-3.

4 — Delego, ainda, no Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário a competência para autorizar as alterações orçamentais a que se refere o n.º 2 do art. 5.º do Dec.-Lei 46/84, de 4-2, que não carecem de autorização ou acordo do Ministro das Finanças.

5 — Fica, também, delegada no Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário a competência relativamente aos seguintes programas e estruturas:

- a) Conselho de Acompanhamento da Reforma Curricular;
- b) Grupo de Trabalho para Artes e Ofícios Tradicionais;
- c) Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses;
- d) Programa Educação para Todos;
- e) Programa Interministerial de Prómoção do Sucesso Educativo (PIPSE);
- f) Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.

6 — Consideram-se ratificados os actos praticados desde o dia 19-3-92 pelo Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário no âmbito definido pelos números anteriores.

2-4-92. — O Ministro da Educação, *António Fernando Couto dos Santos*.

**Desp. 56/ME/92.** — 1 — Nos termos do n.º 1 do art. 24.º do Dec.-Lei 451/91, de 4-12, delego, com a faculdade de subdelegação, no Secretário de Estado dos Recursos Educativos, Dr. José Manuel Bracinha Vieira, as competências relativas aos seguintes organismos, instituições e serviços:

- a) Direcção-Geral da Administração Escolar;
- b) Gabinete de Gestão Financeira;
- c) Gabinete de Estudos e Planeamento, em todas as matérias relativas ao PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) com excepção do ensino superior;
- d) Inspecção Geral da Educação, na matéria relativa à «Linha Aberta»;
- e) Instituto dos Assuntos Sociais da Educação;
- f) Caixa de Previdência do Ministério da Educação;
- g) Editorial do Ministério da Educação;
- h) Direcções regionais de educação, nas matérias relacionadas com a gestão dos recursos humanos, pessoal docente e não docente, físicos e financeiros.

2 — Delego, relativamente aos organismos, instituições e serviços referidos no número anterior, no Secretário de Estado dos Recursos Educativos as competências que me são conferidas pelo n.º 1 do art. 22.º do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, com as alterações introduzidas pelo art. 1.º do Dec.-Lei 227/85, de 4-7.

3 — Subdelego, relativamente aos organismos, instituições e serviços referidos no n.º 1 do presente despacho, no Secretário de Estado dos Recursos Educativos, as competências delegadas previstas nos n.ºs 1, al. g), e 2, al. f), ambos do art. 20.º, e al. f) do art. 21.º do mencionado Dec.-Lei 211/79, bem como delego, com a faculdade de subdelegação, a competência para autorizar despesas em moeda estrangeira até ao limite a fixar, anualmente, por portaria, nos termos do Dec.-Lei 136/87, de 19-3.

4 — Delego, ainda, no Secretário de Estado dos Recursos Educativos a competência para autorizar as alterações orçamentais a que se refere o n.º 2 do art. 5.º do Dec.-Lei 46/84, de 4-2, que não carecem de autorização ou acordo do Ministro das Finanças.

5 — Fica, também, delegada no Secretário de Estado dos Recursos Educativos a competência relativamente às seguintes estruturas:

- a) «Uma Escola, Uma Empresa»;
- b) Comissão Nacional do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP).

6 — Consideram-se ratificados os actos praticados desde o dia 19-3-92 pelo Secretário de Estado dos Recursos Educativos, no âmbito definido pelos números anteriores.

2-4-92. — O Ministro da Educação, *António Fernando Couto dos Santos*.

# Ourivesaria: Mensagem ao Comprador



## Atenção Senhor comprador de jóias e outros artefactos em metais preciosos:

As Contrastarias Portuguesas foram criadas, existem e vão continuar a existir por sua causa.

Prefira sempre a ourivesaria portuguesa, primeiro porque é de alta qualidade, segundo porque essa qualidade, no que respeita ao metal, é garantida pelo **contraste oficial**.

Saiba, no entanto, que também há à venda em Portugal, ourivesaria estrangeira garantida pelo mesmo **contraste oficial**.

Compre só nas ourivesarias ou aos vendedores autorizados pelas Contrastarias.

Recuse-se a comprar objectos na praia, na rua ou no emprego; não há vendas di-

rectas do produtor ao consumidor; o risco de ser enganado é enorme.

Se o ourives for, em absoluto, da sua confiança — e há muitos que merecem essa confiança — então pode comprar sem preocupação de maior. Mas se o Senhor «consumidor» não conhece a ourivesaria ou o vendedor autorizado, deve, então, fazer uso das cautelas que o **contraste oficial** há séculos põe à sua disposição.

Verifique se a peça a comprar tem, pelo menos, duas marcas — a do fabricante e o **contraste oficial**.

Pergunte ao vendedor qual é a qualidade, o **toque**, do objecto em causa, e verifique — com ajuda de uma lente — se a marca de **contraste oficial** confirma essa qualidade.

Se precisar desse esclarecimento, peça ao vendedor que lhe faculte a tabela das marcas de contrastaria (igual à que figura ao lado), onde se podem ver os **contrastes oficiais** em vigor.

Se a marca de contraste lhe oferecer dúvida, pode não ser da Contrastaria — **atenção pode ser falsa**. Nesse caso, não compre, mas, se comprar, vá à Contrastaria mais próxima para lhe verificarem se essa é a marca do **contraste oficial**; esta verificação é gratuita e, na Contrastaria, será acolhido com a simpatia que o cidadão merece.

Com **contraste oficial** não há dúvidas sobre a qualidade da platina, do ouro ou da prata que comprar.

Peça sempre a factura ao vendedor; é outra garantia ao seu dispor — de qualidade e de legalidade.

Os ourives de prestígio têm sempre gosto em colaborar consigo.

Aproveite as defesas que o Estado, as Contrastarias e os bons vendedores põem nas suas próprias mãos. Não deixe que o enganem.

A Administração da INCM

## BOA OURIVESARIA, OURIVESARIA PORTUGUESA, COM CONTRASTE OFICIAL



INCM

IMPRENSA NACIONAL  
- CASA DA MOEDA, EP

**Qualidade Serviço e Segurança**

ATENÇÃO

**CONTRASTARIAS**

MARCAS LEGAIS EM VIGOR DESDE 1 DE JANEIRO DE 1985

Decreto-Lei n.º 38/79, de 20 de Setembro

Aviso publicado no 21º suplemento ao Diário da República, 31 de Janeiro de 1985, no 11 de Fevereiro de 1985

PLATINA	LISBOA	PORTO	LISBOA	PORTO
Barra				
Artefactos c/ toque de 950 ‰				
Artefactos para exportação c/ toque de 950 ‰				
OURO				
Barra				
Artefactos c/ toque de 800 ‰				
Artefactos para exportação c/ toque de 750 ‰				
Artefactos para exportação c/ toque de 585 ‰				
Artefactos para exportação c/ toque de 375 ‰				
Carcas de relógio c/ toque de 750 ‰				
OURO BRANCO				
Artefactos c/ toque de 800 ‰				
PRATA				
Barra				
Artefactos grandes c/ toque de 925 ‰				
Artefactos grandes c/ toque de 835 ‰				
Artefactos pequenos c/ toque de 925 ‰				
Artefactos pequenos c/ toque de 835 ‰				
Artefactos para exportação c/ toque de 925 ‰				
Artefactos para exportação c/ toque de 830 ‰				
Artefactos para exportação c/ toque de 800 ‰				
ALGUMAS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES				
EXCLUSIVIDADE DO COMÉRCIO				
Art. 3.º — As peças de metais preciosos (excepto as de ouro), as joalherias comemorativas de metal preciosos ou de aveludados de ourivesaria adquiridos a comerciantes devidamente matriculados ou de barbas de metal preciosos quando sujeitas a quebra de segredo, devem ser vendidas a pessoas de mesma categoria, ou a pessoas que sejam proprietárias de joalherias comemorativas de metal preciosos, ou que o toque de alguns dos metas é inferior ao toque legal garantido pela referida marca, podendo submeter o objecto suspenso a exame de verificação em qualquer contrastaria.				
RECURSO ÀS CONTRASTARIAS POR PARTE DE POSSUIDORES E PARTICULARES				
Art. 5.º — 1.º — O possuidor de joalherias comemorativas de metal preciosos, ou de aveludados de ourivesaria adquiridos a comerciantes devidamente matriculados ou de barbas de metal preciosos quando sujeitas a quebra de segredo, matriculados ou que estejam regularmente inscritos na lista de fabricantes de joalherias comemorativas de metal preciosos, ou que o toque de alguns dos metas é inferior ao toque legal garantido pela referida marca, pode submeter o objecto suspenso a exame de verificação em qualquer contrastaria.				
EFETO DA FISCALIZAÇÃO				
Art. 6.º — A fiscalização das joalherias comemorativas de metal preciosos, ou de aveludados de ourivesaria, ou de regós de uso pessoal, destinados à venda, acaba por si, quando logo se deixa de arrojar esse destino, nem as marcas exigidas nos termos deste Regulamento, ou seja, entre as marcas que estão irregularmente matriculadas ou que estejam regularmente inscritas na lista de fabricantes de joalherias comemorativas de metal preciosos, ou que o toque de alguns dos metas é inferior ao toque legal garantido pela referida marca, serão apreendidas pelos funcionários técnicos em serviço de fiscalização que detinham a intenção de evitá-las de arrojar esse destino.				

Graupec

Módulo n.º 800 Edição de Imprensa Nacional/Casa da Moeda, E.P.

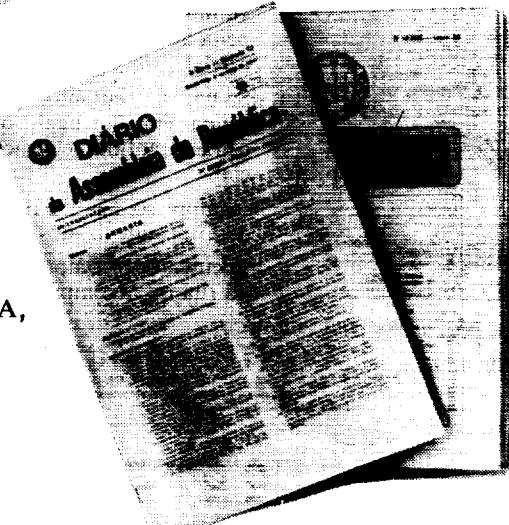
ME-16-mm-207mm

# NO SEU ESCRITÓRIO SEM PERDA DE TEMPO

**O DIÁRIO DA REPÚBLICA E O DIÁRIO DA ASSEMBLEIA  
DA REPÚBLICA POR ASSINATURA  
UMA NECESSIDADE. UMA COMODIDADE.**

Na vida privada, empresarial e pública, o «Diário da República», o «Diário da Assembleia da República» e respectivos apêndices são materiais de consulta obrigatória para o profissional e o cidadão em geral. Assine-os a tempo e ganhe tempo. Pode mandar o cheque de pagamento da sua assinatura para PUBLICAÇÕES REGULARES — — Av. D. Francisco Manuel de Melo, n.º 5 — 1000 LISBOA, em nome da Imprensa Nacional-Casa da Moeda acompanhado do seu pedido, nome e morada.

**«Diário da República»  
e «Diário da Assembleia da República»  
— sempre à mão. Por assinatura.**



NKM marketing



**DIÁRIO DA REPÚBLICA**

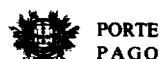
Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9971

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.**

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA; preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 25\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)**